



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 06/08/2021

1 ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE
2 MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS
3 QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM, REALIZADA NO DIA 06 DE
4 AGOSTO DE 2021, POR VIDEOCONFÊRENCIA, VIA MICROSOFT
5 TEAMS.

6 Aos 06 (seis) dias do mês de julho de 2021, às 09h:00, deu-se início
7 a reunião por videoconferência dos membros da Comissão
8 Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das
9 Questões Ligadas à Grilagem (CPMEAQLG), em razão da pandemia
10 mundial pelo COVID-19, conforme recomendação do CNJ,
11 utilizando-se a ferramenta Microsoft Teams. Participaram da reunião
12 o Excelentíssimo Dr. Juiz André Filo-Creão, Ouvidor Agrário Adjunto
13 e Juiz Titular da Região Agrária de Castanhal, exercendo a
14 Presidência da CPMEAQLG; a Dra. Maria Adelaide Cardoso
15 Trindade, Secretária Geral da Ouvidoria Agrária e o Dr. Laércio dos
16 Santos Rosa Junior, Assessor da Ouvidoria Agraria, na função de
17 Secretário desta Comissão. Também participaram os membros: Dra.
18 Caroline Amarante, Representante do INCRA; Dra. Eliana Zacca e
19 Dr. Mário Solano, Representantes da FAEPA; Dra. Ione Nakamura e
20 Dra. Daniela Moura, Representantes do MPPA; Dra. Janyce Varella
21 Neiva, Representante da PGE; Dr. Antônio Carlos Apolinário,
22 Representante da ANOREG; Dr. Felipe Moura Palha, Representante
23 do MPF; Dr. Tiago Ferreira, Representante do ITERPA; Dr. Wagner
24 Vaz, representante da DPU; Dra. Andreia Barreto, representante da
25 DPE. Estiveram presentes os Excelentíssimos senhores Juizes: Dr.
26 Haroldo Silva da Fonseca, Juiz Titular Titular da Região Agrária de
27 Redenção; Dr. Amarildo Mazutti, Juiz Titular da Região Agrária de
28 Marabá; Dr. Manuel de Jesus Maria, Juiz Titular da Região Agrária
29 de Santarém e o Dr. Antônio Fernando Villar, Juiz Titular da Vara
30 Agrária de Altamira. Tiveram suas ausências justificadas o Dr. Waldir

1

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 06/08/2021

31 Macieira Filho, Procurador de Justiça e o Dr. Tiago Marçal Lima,
32 Representante da AGU. A reunião foi transmitida ao vivo, gravada
33 em áudio e vídeo, com transcrição realizada pela empresa Steno
34 Voice, por meio de estenotipia computadorizada. **Em virtude da**
35 **necessidade de retomar a pauta da reunião ocorrida no dia 09**
36 **de julho de 2021, que precisou ser interrompida pela falta de**
37 **energia elétrica, os itens não discutidos na reunião anterior**
38 **foram juntados à pauta desta reunião. PAUTA: 1.** Carta n.º
39 109/2021, encaminhada pela Presidência da FAEPA, na qual
40 apresenta “propostas para mitigar os conflitos e dar paridade de
41 armas aos envolvidos nos litígios, possibilitando aos magistrados
42 mais informações e aperfeiçoamento do processo decisório” (ITEM
43 2 NA PAUTA DA REUNIÃO ANTERIOR); **2.** Resposta da Comissão
44 de Direitos Humanos da ALEPA ao questionamento formulado pela
45 Ouvidoria Agrária do TJPA, por meio do Ofício n.º 018/2021-OA,
46 acerca das “denúncias de ações de despejos exercidas por agentes
47 da Segurança Pública com aval do Poder Judiciário” (ITEM 3 NA
48 PAUTA DA REUNIÃO ANTERIOR); **3.** Levantamento realizado pela
49 Ouvidoria Agrária acerca do quantitativo total de reintegrações de
50 posse pendentes de cumprimento, com indicações dos respectivos
51 processos; **4.** Reunião ocorrida no dia 13 de julho de 2021, terça-
52 feira, entre a Ouvidoria Agrária do TJPA e o Conselho Nacional dos
53 Direitos Humanos (CNDH), a fim de tratar das “soluções garantidoras
54 dos Direitos Humanos e medidas preventivas em situações de
55 conflitos coletivos fundiários, pelo uso, posse ou propriedade de
56 imóvel, urbano ou rural, no contexto da pandemia de COVID-19”, em
57 atendimento à solicitação de audiência apresentada no Ofício n.º
58 1035/2021/CNDH/SNPG/MMFDH, encaminhado pela Presidência
59 do CNDH à Presidência do TJPA; **5.** Informações a serem prestadas
60 pelo Meritíssimo Senhor Juiz de Direito, Titular da Vara Agrária de
61 Marabá, acerca dos conflitos agrários relacionados à Fazenda

2

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 06/08/2021

62 Landy; **6.** Resposta do INCRA ao Ofício nº 123/2019-CPMEAQLG,
63 referente a possibilidade de permuta de área em favor dos
64 trabalhadores rurais ocupantes da Fazenda Gerezim e Monte
65 Hermon, conforme solicitado nos termos do Ofício n.º 419/2019,
66 encaminhado ao INCRA pela Defensoria Pública Estadual, a partir
67 das deliberações da reunião da CPMEAQLG ocorrida em 13 de
68 setembro de 2019; **7.** Informações sobre as atividades realizadas
69 pelo Grupo de Trabalho para o Marajó; **8.** O que ocorrer. DR. ANDRÉ
70 LUIZ FILO-CREÃO: Então, mais uma vez, bom dia aos membros da
71 nossa Comissão Permanente Mediação e Combate à Grilagem. Nós
72 vamos dar início a essa nossa reunião. Inicialmente, na parte
73 extrapauta, eu gostaria de fazer uma solicitação, uma sugestão a
74 nossa comissão para o encaminhamento de votos de pesar à família
75 da magistrada Dra. Bárbara Oliveira Moreira, falecida na última
76 semana. Dra. Bárbara sempre foi uma magistrada extremamente
77 atuante, uma magistrada extremamente comprometida com o Poder
78 Judiciário e, ultimamente, inclusive, contribuiu bastante com a nossa
79 comissão, com a Ouvidoria Agrária ao participar de uma comissão
80 da qual eu fazia parte também, por ocasião da gestão do
81 desembargador Leonardo Tavares. Então eu proponho à comissão
82 encaminhamento de votos de pesar à família da Dra. Bárbara, ao Dr.
83 Luís Moreira, seu pai, a Sra. Sônia, sua mãe, ao Dr. Luís Otávio
84 Moreira, que é magistrado, Dra. Roberta Moreira, defensora pública
85 e mãe da Dra. Bárbara. Eu coloco a proposição em discussão. SR.
86 MÁRIO SOLANO: Conte com nossa solidariedade. DR. ANDRÉ LUIZ
87 FILO-CREÃO: Obrigado, Dr. Solano. Então, no silêncio, está
88 aprovado com a determinação a nossa secretaria da comissão para
89 fazer o encaminhamento do nosso expediente. Dando início a parte
90 administrativa pautada que nós temos hoje, eu só faço um
91 esclarecimento aos membros que nós vamos retomar, está certo, a
92 nossa pauta da reunião, da última reunião que acabou sendo

3

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 06/08/2021

124 invadir as normas processuais, principalmente no que se refere às
125 custas, né, às despesas do processo. Com relação à identificação, a
126 própria norma processual civil já coloca que esse é um ônus do autor
127 da ação, identificar. E nós sabemos que nessas ações possessórias
128 coletiva não é tão fácil identificar os requeridos nas ações, mas esse
129 é o ônus do autor. Portanto, isso já está na norma processual civil.
130 Com relação ao encaminhamento do Incra, eu acho que
131 principalmente nas ações possessórias, eu não sei se teria muita
132 pertinência, considerando que em muitas das ações o próprio Incra
133 não se manifesta no processo, e quando se manifesta é para dizer
134 que não tem interesse ou que a área é pública estadual. Portanto,
135 acho que, com todo respeito ao expediente, acho que ela acaba
136 invadindo as normas processuais, interesse dos órgãos fundiários,
137 como é o caso do Incra, e ela não tem uma boa resolução prática
138 com relação das questões hoje impostas, que basicamente
139 envolvem problemas fundiários que precisariam da intervenção do
140 poder público a partir de políticas públicas. Então, em conclusão, eu
141 acho que é essa a posição com relação ao expediente. DR. ANDRÉ
142 LUIZ FILO-CREÃO: Obrigado, Dra. Andréia. Alguém mais deseja
143 fazer uso da palavra? SR. MÁRIO SOLANO: Gostaria, Dr. André.
144 DR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO: Pois não, coronel Solano. Tem a
145 palavra. SR. MÁRIO SOLANO: Só para resumir a observação que
146 foi feita anteriormente. Tudo que foi colocado no expediente da
147 federação está pautada em lei. Eram essas as observações. DR.
148 ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO: Obrigado, coronel. Eu vou fazer uma
149 proposta de deliberação. Laércio tem convidados para ingressar, tá,
150 filho? Dê uma olhadinha aí. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA
151 JUNIOR: Está [ininteligível], Excelência. Obrigado. DR. ANDRÉ LUIZ
152 FILO-CREÃO: Tá ótimo. Com relação a esse requerimento, eu vou
153 fazer uma proposta que acredito que vai atender tanto a fala da
154 Faepa como a fala da Defensoria Pública. Penso eu que essas

5

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 06/08/2021

155 questões que foram apresentadas pela Faepa são matérias de cunho
156 judicial. São matérias que dizem respeito à atuação e as decisões do
157 magistrado na condução dos processos agrários. Então como se
158 trata de matéria de reserva de jurisdição, penso que eu o adequado
159 seria nós encaminharmos esse expediente aos magistrados agrários
160 para que decidam como entendam pertinente a partir da legislação
161 processual civil em vigor. Penso que, talvez, essa seja a solução
162 mais adequada, na medida em que a Faepa tem seus os
163 posicionamentos, as suas ações, a Defensoria Pública tem seus
164 posicionamentos, tem suas razões, e ao fim, ao cabo, cabe aos
165 magistrados, ao aplicar a norma, dizer o direito no caso concreto. De
166 modo que os magistrados, então, com seu tirocínio, poderão
167 apresentar no caso concreto a posição que eles entendam mais
168 adequada. Eu indago dos membros da comissão se nós podemos
169 dar essa deliberação ao pleito para que seja considerado tanto o
170 expediente da Faepa como a fala da eminente defensora pública.
171 Dra. Andréia, a senhora pediu a palavra, tem a palavra. SRA.
172 ANDREIA MACEDO BARRETO: Eu acho que eu já falei, mas eu
173 concordo, Dr. André, e acho, inclusive, que se for dentro de um
174 processo judicial, inclusive, a atuação das partes é em discordância,
175 podem inclusive acessar outros meios, como o caso dos recursos.
176 Então estou plenamente de acordo. DR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO:
177 Sim, senhora. Dr. Solano, que representa o proponente, nós
178 podemos dar essa deliberação? SR. MÁRIO SOLANO: Dr. André,
179 diante do que foi anteriormente comentado pelo desembargador
180 Mairton, a intenção era encaminhar a proposta para que fosse,
181 logicamente, dividido e difundido as ouvidorias agrárias. Desde que
182 isso seja encaminhado, não há óbice pela Faepa. Obrigado. DR.
183 ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO: Perfeito. Os demais membros
184 concordam com essa proposta que foi formulada pela presidência,
185 no sentido de se encaminhar aos juízes agrários o expediente para

6

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 06/08/2021

186 que eles, no caso concreto, decidam como de direito? SR.
187 HAROLDO: Dr. André, eu peço a palavra. DR. ANDRÉ LUIZ FILO-
188 CREÃO: Pois não, Dr. Haroldo. SR. HAROLDO: Só a título de
189 esclarecimento às reuniões anteriores, eu até já pontuei que essa
190 tem sido uma medida que nós temos tomado lá na Vara Agrária de
191 Redenção de tentar identificar essas pessoas que estão envolvidas,
192 as partes que estão sempre envolvidas. Então é um procedimento
193 bem anterior lá já de colocação dos nomes das pessoas envolvidas
194 nos termos, né? Até porque qualquer decisão judicial que venha a
195 ter vai inserir dentro do âmbito patrimonial dessas pessoas que estão
196 envolvidas. Então assim, é uma medida que a gente sempre tem
197 tomado, e a gente também já tem tentado comunicar ao Incra, já tem
198 comunicado ao Incra das partes que estão sendo envolvidas. Então
199 assim, esse tem sido um posicionamento da Vara Agrária de
200 Redenção já em relação a isso. Mas qualquer comunicação é bem-
201 vinda, e a gente vai realmente filtrar e ver a real necessidade de
202 comunicar aos demais órgãos. DR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO:
203 Perfeito. Obrigado, Dr. Haroldo. Alguém mais deseja fazer uso da
204 palavra com relação a esse tema? Dra. Caroline, por favor. SRA.
205 CAROLINE: Bom dia a todos. Bom, só brevemente em relação ao
206 Incra. Quando o Incra recebe uma intimação de um processo de
207 reintegração agrária, reintegração de posse, e há a identificação dos
208 requeridos, a gente sempre procura, na medida do possível, porque
209 geralmente são punidos, né? Fulano de tal, às vezes até vem assim
210 nos expedientes, porque realmente não se sabe todos que estão ali.
211 Mas o que têm identificação a gente procura sempre fazer a busca
212 no Sipra, temos uma base de dados do Programa Nacional de
213 Reforma Agrária para ver se existe algum assentado nosso lá, até
214 tramitar às vezes como é que está aquela situação realmente do lote.
215 Por que aquela pessoa está ali, enfim. Então, essa parte da
216 identificação das pessoas [ininteligível] é uma boa medida, que

7

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 06/08/2021

217 assim continue, porque o Incra também faz essa pesquisa na medida
218 do possível. É só isso. DR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO: Muito
219 obrigado, doutora. SR. MÁRIO SOLANO: Dr. André. DR. ANDRÉ
220 LUIZ FILO-CREÃO: Pois não, coronel. SR. MÁRIO SOLANO: É só
221 para lembrar que essa informação foi uma solicitação do ouvidor
222 agrário justamente para a colaboração de ações mitigadoras de
223 reincidência de ilicitude, ou seja, de invasões de propriedades. Nós
224 temos caso de propriedades aí com mais de cinco vezes invadidas.
225 Ou seja, a Justiça faz o papel dela, nós sabemos que há um tempo
226 considerável para chegar a decisão, desde a origem do problema, e
227 isso aí tem um despejo considerável do erário público e na hora que
228 se executa esse processo, não demora nem um mês, voltam a
229 invadir novamente a propriedade. Quer dizer, é fundamental a
230 identificação dessas pessoas. E, por experiência, eu volto a lhe dizer,
231 eu já cansei em cumprir reintegração de posse vendo as mesma
232 pessoas comandando e participando da mesma invasão. Isso já foi
233 feito, inclusive, em ações pretéritas em Marabá. Portanto, o exemplo
234 que eu posso dar prático do que eu estou falando, Fazenda
235 Mutamba. Esse é um exemplo. Obrigado. DR. ANDRÉ LUIZ FILO-
236 CREÃO: Está certo, coronel. Muito obrigado. De fato o nosso ouvidor
237 formulou essa solicitação da apresentação das medidas que possam
238 vir à mitigar esse tipo de situação e, de fato, a nossa comissão é
239 plural, todas as proposições são bem-vindas, todas as proposições
240 são aceitas e nós vamos encaminhar aquelas, a exemplo dessas que
241 são pertinentes, aos juízes agrários, que são os destinatários finais,
242 não é verdade, do trabalho quando a relacionada a atividades
243 jurisdicional. Penso, então, que os juízes agrários são as pessoas
244 que melhor condições têm para analisar os expedientes e, no caso
245 concreto, aplicar o direito. Está certo? Então desde logo a
246 presidência agradece a Faepa pela apresentação da proposta e nós
247 vamos encaminhar aos juízes agrários para que analisem e decidam

8

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 06/08/2021

248 como de direito. **ITEM 2:** Está certo? Vou, então, passar para o item
249 2 da pauta, que diz respeito a uma resposta da Comissão de Direitos
250 Humanos da Assembleia Legislativa do estado do Pará ao
251 questionamento formulado pela Ouvidoria Agrária, por intermédio do
252 Ofício 018/2021, acerca de "denúncias de ações de despejos
253 exercidas por agentes da segurança pública com o aval do Poder
254 Judiciário". Só para esclarecer aos senhores o que é que foi isso
255 aqui. No dia 29 de abril de 2021, a comissão encaminhou ofício à
256 Alepa, solicitando a relação dessas ações de despejos, que
257 supostamente teriam exercido, teriam sido realizadas por agentes de
258 segurança pública com aval do Poder Judiciário. Ações essas que
259 teriam sido mencionadas, que foram mencionadas no Ofício nº
260 01/2021 do gabinete do deputado Bordalo, presidente da Comissão
261 de Direitos Humanos. Em resposta ao expediente, no dia 22 de junho
262 de 2021, o deputado Bordalo respondeu à Ouvidoria e apresentou a
263 seguinte manifestação: *"Informo que deixo de lhe prestar as*
264 *informações solicitadas uma vez que a Lei Estadual nº 9.212/2021*
265 *estava vinculada em outra legislação, qual seja, o Decreto*
266 *Presidencial nº 6, de 20 de março de 2020, com efeitos até 31 de*
267 *dezembro de 2020. Logo, a Lei Estadual nº 9.212/2021, já em sua*
268 *sanção do governador que ocorreu em 14 de janeiro de 2021, já não*
269 *poderia produzir efeitos jurídicos, motivo pelo qual não há qualquer*
270 *violação legal".* Então, na verdade, posteriormente, quando o estado
271 a se manifestar, Sua Excelência, o deputado estadual, informou não
272 ter havido qualquer violação às normas vigentes e apresentou essa
273 resposta à Ouvidoria. Nós estamos dando ciência os membros
274 acerca desse posicionamento de Sua Excelência, deputado Estadual
275 Bordalo. Está certo? De que não houve qualquer ilicitude, que não
276 houve qualquer ilegalidade, não houve qualquer violação à norma
277 jurídica. Está certo? Então, trazendo esse expediente a Vossas
278 Excelências, alguém deseja se manifestar acerca desse item da

9

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 06/08/2021

279 nossa pauta? SR. MÁRIO SOLANO: Dr. André. DR. ANDRÉ LUIZ
280 FILO-CREÃO: Pois não, coronel Solano. SR. MÁRIO SOLANO: Se
281 poderia disponibilizar a cópia desse expediente para a federação, se
282 for possível, e para os membros. Muito obrigado. DR. ANDRÉ LUIZ
283 FILO-CREÃO: Com toda certeza. Laércio, está autorizado o pedido
284 e você pode... Na verdade, expeça cópia via ofício do expediente a
285 todos os membros da comissão. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS
286 ROSA JUNIOR: Perfeito. DR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO: **ITEM 3:**
287 Vamos passar ao terceiro item da pauta. Diz respeito ao
288 levantamento realizado pela Ouvidoria acerca do quantitativo total de
289 reintegrações de posse pendentes de cumprimento, com indicações
290 dos respectivos processos. Então, fazendo um esclarecimento aos
291 senhores membros, foi realizado o levantamento com base nas
292 informações encaminhadas à presidência do Tribunal, por meio do
293 despacho Ofício Circular nº 76/2011, de Sua Excelência, presidente
294 do tribunal, que solicitou aos gabinetes de todas as unidades
295 judiciárias de Primeiro e Segundo Grau que possuam competência
296 cível ou agrária as seguintes informações: 1) A quantidade total de
297 decisões de reintegração de posse pendentes de cumprimento com
298 indicação dos respectivos processos. 2) A relação das reintegrações
299 de posse afetadas pela suspensão determinada na ADPF nº 828. 3)
300 A relação e a agenda do cumprimento das reintegrações de posse
301 pendentes e não alcançadas pela medida cautelar deferida na ADPF
302 nº 828. Então, diante dessa solicitação da presidência do tribunal foi
303 elaborado uma planilha contendo essas informações que foram
304 especificadas por cada Comarca e por cada região agrária de onde
305 os processos pendentes ou não de cumprimento de liminar por força
306 da ADPF foram relacionados. Então, até a última data registrada, que
307 é o dia 7 de julho de 2021, havia o total de 174 processos que
308 aguardam cumprimento de ações de reintegração de posse. Destes
309 174, 84 decisões estão afetadas pela ADPF nº 828, e 90 não estão

10

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 06/08/2021

310 relacionadas. Está certo? Então essa é a informação a respeito da
311 ADPF, os juízes prestaram informações à presidência do tribunal, a
312 Ouvidoria Agrária, então, recebeu essas informações e presta a
313 Vossas Excelências no que diz respeito ao cumprimento das
314 reintegrações de posse e a medida cautelar deferida na ADPF 828
315 pelo ministro Luís Roberto Barroso. Algum dos membros da
316 comissão deseja se manifestar com relação a esse requerimento? Vi
317 aqui que alguém levantou a mão. Dra. Andréia, pois não. SRA.
318 ANDREIA MACEDO BARRETO: Doutor, acho que só duas
319 perguntas, na verdade. A primeira, se essa relação vai ser
320 compartilhada com os membros da comissão. E segundo, se poderia
321 já especificar pelas regiões agrárias, se teria essa informação de
322 cada região agrária ou se esses números são números genéricos
323 brutos ou se a gente já poderia identificar por região. DR. ANDRÉ
324 LUIZ FILO-CREÃO: Vou lhe esclarecer. Primeiro quanto ao item 1.
325 Penso que não há qualquer obstáculo de ser encaminhado para os
326 membros da comissão as informações, na medida em que são
327 informações públicas e nós podemos, sim, compartilhar com todos
328 os membros. E com relação ao número em relação a cada região
329 agrária, ele vai estar discriminado na própria lista. Mas só para fazer
330 um esclarecimento, esses 174 não são só ações das Varas agrárias,
331 tá, Dra. Andréia? São ações também que englobam as Varas cíveis.
332 Está certo? São ações que englobam as Varas cíveis, e aí está
333 incluída também então a competência fundiária. Daí porque esse
334 número até elevado de 174 decisões pendentes de cumprimento.
335 Penso que das Varas agrárias não chega nem a metade, não é isso,
336 Laércio? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Perfeito,
337 Excelência. DR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO: Eu não tive acesso
338 total da lista, mas acredito que a maioria esmagadora seja de
339 processos de áreas urbanas. Mas isso, Vossas Excelências vão
340 poder ter com maior propriedade quando receberem a lista, cuja

11





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 06/08/2021

341 disponibilidade já está deferida pela presidência, na medida em que
342 são informações de caráter público, nenhuma informação é sigilosa,
343 então todos podem ter acesso a esses documentos. Alguma
344 oposição dos membros com relação à disponibilização da lista? A
345 toda comissão, logicamente. Não? Então, no silêncio, está aprovado
346 o encaminhamento. **ITEM 4:** O item nº 4 diz respeito à reunião
347 ocorrida no dia 13 de julho de 2021, entre a Ouvidoria Agrária do TJ
348 Pará, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos, a fim de tratar das
349 soluções garantidoras dos direitos humanos e medidas preventivas
350 em situações de conflitos coletivos fundiários pelo uso, posse ou
351 propriedade imóvel, urbano ou rural no contexto da pandemia da
352 Covid-19 em atendimento à solicitação de audiência apresentada no
353 Ofício 1.035/2021, encaminhado pela presidência do Conselho
354 Nacional de Direitos Humanos à presidência do TJE-PA. Um
355 esclarecimento a respeito disso. No dia 13 de julho de 2021, a
356 Ouvidoria Agrária do TJ participou de uma audiência promovida pelo
357 Conselho Nacional dos Direitos Humanos, sob a presidência do Dr.
358 Yuri Costa, defensor público federal, e a pauta dessa reunião tratou
359 desta soluções garantidoras de direitos humanos no cumprimento
360 das medidas relacionadas a imóveis urbanos e rurais no contexto da
361 pandemia da Covid-19. A Ouvidoria Agrária foi representada por Sua
362 Excelência, o ouvidor titular, desembargador Mairton, tá certo? E o
363 ouvidor apresentou na reunião o trabalho que a ouvidoria vem
364 realizando, especificamente no que diz respeito às seguintes
365 atuações: *“Divulgação e promoção de instrução sobre leis e*
366 *recomendações relativas à solução de conflitos no período da*
367 *pandemia, como a Resolução 90/2021 e a DPF 828 do Supremo*
368 *Tribunal Federal; a participação da ouvidoria nas reuniões*
369 *operacionais realizadas pelo comando de missões especiais da*
370 *Polícia Militar do estado do Pará, a fim de acompanhar a elaboração*
371 *de planos de ação, bem como a execução de ações de reintegração*

12

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 06/08/2021

372 *ou manutenção de posse; o acompanhamento do cumprimento de*
373 *diligências e sentenças junto aos juízes titulares das cinco regiões*
374 *agrárias do estado; reuniões mensais da Comissão Permanente de*
375 *Monitoramento, Estudo e Assessoramento de Questões Ligadas à*
376 *Grilagem, realizadas atualmente por videoconferência.” E aí eu*
377 *destaco algo extremamente salutar da gestão do desembargador*
378 *Mairton, que é o convite aos juízes agrários para que se façam*
379 *presentes às reuniões, porque quando o juiz agrário se faz presente,*
380 *ele toma ciência do que está sendo discutido, ele pode contribuir*
381 *para a busca de uma solução de cunho(F) administrativo num*
382 *primeiro momento, ou até mesmo de caráter jurisdicional. Então esse*
383 *é um avanço extremamente importante da gestão do desembargador*
384 *Mairton. “A atuação da Comissão de Mediação de Conflitos*
385 *Fundiários; o recebimento de pedido, o recebimento...” SR.*
386 *LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Dr. André? Deve ter caído*
387 *a conexão dele. Vamos aguardar o retorno, vou auxiliá-lo. DR.*
388 *ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO: Pronto, voltei. Voltei. Alguém me ligou*
389 *aqui e aí entrou a ligação no meu iPad, e aí acabou caindo, tá?*
390 *Vamos lá. “Recebimento de pedidos de informação; reclamações e*
391 *denúncias por meio do link Fale com o Ouvidor, na página da*
392 *Ouvidoria Agrária, além do recebimento de pedidos de providência*
393 *encaminhados pessoalmente ou pela via de e-mail; contato direto*
394 *com órgãos competentes relacionados à regularização fundiária,*
395 *solicitando a atuação que é devida a cada um.” Ainda nesta reunião,*
396 *Sua Excelência, o ouvidor solicitou que todas as ocorrências*
397 *relacionadas a conflitos fundiários durante a reunião fossem*
398 *encaminhadas à Ouvidoria Agrária para o devido acompanhamento.*
399 *Também informou sobre a preocupação do tribunal com o debate e*
400 *promoção do direito sobre questões fundiárias e urbanas, quando,*
401 *inclusive, foi mencionado pelo ouvidor o projeto de lei que transforma*
402 *a Ouvidoria Agrária em Ouvidoria Fundiária. Na reunião também*

13

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 06/08/2021

403 participou Sua Excelência, a desembargadora Rosileide Cunha,
404 corregedora geral do Tribunal de Justiça, quando mencionou as
405 práticas voltadas à regularização fundiária e o acompanhamento do
406 julgamento dos processos junto às Varas agrárias. Sua Excelência
407 corregedora também ressaltou que os juízes agrários recebem
408 treinamento e capacitação para lidar com as questões relativas ao
409 conflito no campo. E nós destacamos, ainda, que essa reunião
410 contou com a presença da promotora de justiça agrária da região de
411 Castanhal, Dra. Yone; da defensora pública da região agrária de
412 Castanhal, Dra. Andreia. Contou ainda com a presença do Dr.
413 Wagner Vaz, da Defensoria Pública da União, os quais
414 manifestaram-se a respeito da atuação da Comissão de Combate à
415 grilagem e do TJE-PA na resolução dos conflitos fundiários. E ainda,
416 nessa reunião, o ouvidor convidou aos membros da Comissão
417 Nacional de Direitos Humanos que, se tivessem interesse, poderiam
418 participar desta nossa reunião por ocasião do dia de hoje. Então, em
419 síntese, foi este o resumo dessa reunião da qual participou o nosso
420 ouvidor agrário junto à Comissão Nacional de Direitos Humanos.
421 Está certo? Conselho Nacional de Direitos Humanos. Eu indago se
422 alguém deseja se manifestar com relação a essa reunião, as
423 pessoas que dela participaram se desejam fazer algum
424 complemento com relação com o que aqui foi dito. Não havendo,
425 está comunicado aos senhores a participação da Ouvidoria nessa
426 reunião. **ITEM 5:** O quinto item da pauta diz respeito às informações
427 a serem prestadas por Sua Excelência, o Sr. Juiz de Direito, titular
428 da Vara Agrária de Marabá, Dr. Amarildo Mazutti, acerca dos
429 conflitos agrários relacionados à fazenda Landi. Só para esclarecer
430 que, durante a reunião, que fora mencionada no item anterior, a Sra.
431 Jaqueline Damasceno, representante de um dos envolvidos
432 mencionou algo a respeito desta fazenda Landi, alegando que a
433 haveria comprovação de que a área pertence ao Iterpa e que mesmo

14

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 06/08/2021

434 com a recomendação do Ministério Público da Vara Agrária de
435 Marabá houve deferimento de decisão judicial naqueles autos. O Sr.
436 José Batista, representante da Comissão Pastoral da Terra, também
437 mencionou conflitos a respeito desta área, e diante desse fato nós
438 entramos em contato com o juiz titular da Vara Agrária da região de
439 Marabá para que ele nos esclarecesse, nos apresentasse algumas
440 informações para que nós trouxéssemos à comissão. O Dr. Amarildo
441 Mazutti gentilmente se colocou à disposição para fazer de própria
442 voz um resumo, um relato a respeito da atual situação deste feito.
443 Então, concedo a palavra à Vossa Excelência, Dr. Mazutti. SR.
444 AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Bom dia, Dr. André. Bom dia a todos
445 os membros da comissão. Bom, a situação da fazenda Landi... a
446 situação da fazenda Landi é o seguinte... Antes de falar sobre a
447 situação da fazenda Landi, eu estava ouvindo que a Comissão
448 Pastoral da Terra está representando pessoas. Inclusive eu vou
449 começar a adotar aqui, em Marabá, porque eu quero ver a
450 legitimidade da Comissão Pastoral da Terra para representar as
451 pessoas ocupantes de áreas, né? Porque o que está acontecendo?
452 Eu não sei nem se a Comissão Pastoral da Terra tem legitimidade
453 para representar alguém, se está constituída ou não está nos
454 processos, né, porque eu tenho estranhado esse tipo de atitude. Por
455 exemplo, aparece lá o timbre da Comissão Pastoral da Terra, mas a
456 Comissão Pastoral da Terra não entra como assistente no processo,
457 né? Então eu vou ter que questionar essa questão nos processos
458 judiciais. Bom, em relação à fazenda Landi, a fazenda Landi é o
459 seguinte, a fazenda Landi se trata de um remanescente de
460 castanhais de 1940. Entendeu? É aquelas questões dos castanhais,
461 inclusive num trabalho de mestrado que eu fiz aqui na Universidade
462 Federal, a gente cita todo um histórico de 1892 de toda a questão do
463 Polígono dos Castanhais aqui da região de Marabá. Tá? Só que daí
464 o que acontece? É aquela questão dos castanhais, os castanhais

15

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 06/08/2021

465 aqui da região de Marabá. Então, na verdade, ele possui a posse
466 dessa área, é uma área estadual do estado do Pará, ele possui a
467 posse pelo avô dele, depois para o pai. E ele, que é um dos
468 sucessores, é um senhor de idade também, desde 1940, já faz mais
469 de cem anos, quase cem anos, 80 anos que ele possui. O que
470 acontece juridicamente aqui, na região de Marabá? Bom, 2006, essa
471 fazenda foi invadida em 2006, na época a Dra. Cláudia Favacho era
472 juíza de Marabá, ela mandou medir conforme o título que possuía,
473 foi reintegrada eu acho que mais de 20 vezes essa fazenda Landi,
474 tá? Essa fazenda foi reintegrada, está toda delimitada, toda
475 delimitada, só que no perímetro da fazenda tem uma vila que ficou
476 de fora dessa fazenda. Então aí o que acontece? As pessoas... a
477 gente reintegra e eles vão para a vila, né, porque a vila está fora da
478 fazenda. E aconteceu agora na última reintegração de posse que
479 eles pegaram, na hora que foi desocupar, já estavam voltando,
480 entendeu? Quando o [ininteligível] estava saindo, já estavam
481 voltando. Aí, segundo informações do processo, aproveitaram para
482 queimar alguma coisa, e tal. Aquele, o básico que tem aqui no Pará,
483 né, que é de lei, entrar e queimar, e fazer esse tipo de arruaça, né?
484 Então o que acontece no processo da Landi, o processo da Landi é
485 assim, são várias reintegrações de posse, teve o processo
486 sentenciado, o processo foi sentenciado em 2013/14, já está tudo
487 decidido, houve recurso, o tribunal manteve tudo. Aí houve uma nova
488 invasão. Aí começou outro processo. Aí eu aproveitei um pouco do
489 processo anterior, analisei e dei a medida liminar e mandei retirar. Aí
490 voltaram de novo. Entendeu? Agora eu determinei a reintegração de
491 posse de novo, só que eu tive que suspender, suspendi por causa
492 daquela decisão do ministro Barroso, até dezembro. Mas aí tem uma
493 decisão de prisão por crime de desobediência das pessoas que
494 voltaram lá etc., tem outras questões. Mas isso vai ser, eu acredito
495 que vai ser apurado no ano que vem, quando voltar, acabar esse

16

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 06/08/2021

496 período da suspensão. Só que o que acontece é o seguinte, veja
497 bem, o Ministério Público aqui atuante na Vara Agrária de Marabá
498 entrou com uma ação civil pública. Entrou com uma ação civil pública
499 questionando a nulidade dos títulos, questionando a nulidade dos
500 títulos que foi outorgado para o proprietário. Então, nessa ação civil
501 pública, questiona-se o fato de que o Iterpa teria autorizado a
502 prefeitura de São João do Araguaia a deferir o aforamento para o
503 proprietário, isso em 1980. Aí também está sendo processado o
504 cartório. Então existe alguns indícios de que essa área tenha algum
505 problema de documentação. Então aí, no processo, eu mandei incluir
506 o estado do Pará, o Iterpa, prefeitura de São João, os cartorários,
507 tem um monte de gente no polo passivo aqui para responder por
508 isso. Agora, veja bem, isso a questão dominial, é a questão dominial.
509 Eu estou apreciando a reintegração de posse. Agora, o que acontece
510 nessa área da Landi? Nessa área da Landi é uma área próxima à
511 cidade de Marabá, e uma área que como diz o pessoal daqui, o
512 pessoal cresceu muito 'os zoião', como o pessoal fala popularmente,
513 sabe? Então todo mundo está desesperado para poder ocupar essa
514 área, para depois muita gente vender a área, né, como acontece
515 muito, né? Mas isso está sendo decidido na ação civil pública, e a
516 reintegração de posse está mantida e eu vou cumprir. A não ser que
517 o Tribunal de Justiça mande, a não ser que o Tribunal de Justiça
518 entenda o contrário. Mas isso já não aconteceu porque já foi entrado
519 com agravo de instrumento e foi mantida a minha decisão. Então, a
520 decisão judicial tem que ser cumprida. A situação da Landi é essa.
521 Se tiver algum problema aí documental, né, ou como eu sempre falo
522 essa palavra, qualquer coisinha hoje de apropriação, apropriação no
523 estado de Pará já se chama grilagem. Eu sempre digo que não tem
524 santos no processo agrário. Tanto o pecuarista que se apropria de
525 terra pública como o sem-terra que invade terra pública não são
526 santos, não. Eles só se criam por causa da omissão dos órgãos

17

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 06/08/2021

527 fundiários e da política do Executivo de não arrecadar essas terras e
528 dar a destinação correta. É por isso que a gente enfrenta todos esses
529 problemas agrários. Agora, não que um seja mais santo que o outro,
530 que o se apropria de terra pública como o fazendeiro, o pecuarista
531 seja... Na verdade, são todos no mesmo barco, entre aspas, mas a
532 gente faz o nosso papel. Então reintegração de posse está mantida,
533 é só acabar o período pandêmico, vamos desocupar, e foi
534 determinada a prisão dos que forem encontrados lá por crime de
535 desobediência, e mais outras coisas que a autoridade policial pode
536 apurar. Isso já foi, inclusive, objeto de agravo de instrumento. Está
537 aqui nos autos, se alguém precisar, quiser consultar, já está no PJe,
538 está tudo lá, e a gente está à disposição para dar qualquer
539 esclarecimento aqui em Marabá ou virtual também, do jeito que
540 quiser. Era isso, Dr. André, estou à disposição para responder a
541 perguntas se alguém quiser. DR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO:
542 Obrigado, Dr. Mazutti. Alguém deseja se manifestar? Pois não, Dr.
543 Haroldo. SR. HAROLDO: Dr. Mazutti, eu gostaria só um
544 esclarecimento. Essa ação civil pública, ela tramita na Vara Agrária
545 ou em várias quanto da administração pública? SR. AMARILDO
546 JOSÉ MAZUTTI: Não, ela tramita na Vara Agrária. É uma ação civil
547 pública, que a princípio foi proposta contra o proprietário da área,
548 dizendo que a documentação que foi feita em São João do Araguaia
549 foi uma documentação, segundo ele, seria uma documentação fria,
550 né, segundo o Ministério Público está alegando, e também que
551 contra o cartorário, que o cartorário teria cometido uma desídia,
552 desídia aí que teria feito o registro da escritura, e tal. Aí o que
553 acontece? Aí como envolve o estado do Pará, né, porque segundo
554 se alega, o Iterpa e o estado do Pará teriam transferido, teriam
555 outorgado um poder para a Prefeitura de São João para conceder
556 um aforamento, né, para a prefeitura. Então, na verdade, coloquei
557 todo mundo no polo passivo. Porque, na verdade, nós temos a

18





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 06/08/2021

558 competência também, a competência como Vara especializada
559 também para a decisão, para a inclusão do estado nesses casos.
560 Creio eu, né? DR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO: Alguém mais? Dra.
561 Janice, por favor. SRA. JANICE: Dr. Amarildo, bom dia. Bom dia a
562 todos. Eu gostaria só se o senhor teria, para facilitar o meu trabalho,
563 o número da ação para que a gente possa pesquisar o processo
564 aqui, e faça um resgate, já dê uma olhada. SR. AMARILDO JOSÉ
565 MAZUTTI: Deixa eu dar uma olhada aqui. O número do Processo é
566 080648653... Não, não! Espera aí, espera aí, que não é esse aqui,
567 não. Segura aí. Olha, eu vou levantar daqui a pouquinho o número
568 do processo, tá, e eu já passo para a senhora aí. Tá? SRA. JANICE:
569 Está certo, doutor. Obrigada. SR. TIAGO DE LIMA FERREIRA: Dr.
570 André, posso falar rapidinho? DR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO:
571 Claro, Dr. Tiago. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Oi, Dr. Tiago. SR.
572 TIAGO DE LIMA FERREIRA: Talvez eu te ajude aqui. Eu pedi, não
573 sei se são os mesmos dados que têm na Procuradoria,
574 provavelmente devem ser. Eu perguntei aqui para o pessoal do SPJ
575 do Iterpa sobre... fazer só um resumo dessas questões. Olha, aqui,
576 segundo - segundo, tá - a nossa assessoria, na possessória, a gente
577 não é parte, mas a gente está como *amicus curiae*, como o Dr.
578 Mazutti falou - me corrija, Dr. Mazutti, se é esse o nosso papel. Já na
579 ACP do Ministério Público, que visa o cancelamento desses
580 registros, nós estamos como assistentes simples do MP. Então, Dr.
581 Mazutti, o senhor me corrija aí, só tire uma dúvida, quem alega que
582 o Iterpa teria aluído - ou eu escutei errado, não sei se a minha
583 conexão está ruim - com essa transferência de aforamento? Porque
584 se a gente está no polo como litisconsorte simples, junto na ACP do
585 Ministério Público, a gente está entendendo que esse registro
586 também é irregular. A gente está lá como autor no polo ativo, junto
587 como litisconsorte, a gente entende que esses aforamentos foram de
588 forma irregular. Seria isso? SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Não,

19

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 06/08/2021

589 seria. Seria sim. Veja bem. O Ministério Público alega que a
590 documentação... que teria havido uma delegação do estado do Pará
591 aí pelo período que o Iterpa foi criado. Então, até o período que o
592 Iterpa foi criado, eu peguei e coloquei os dois no polo passivo lá. Eu
593 acho que o Iterpa está como assistente. Não recordo agora. Só que
594 está o seguinte, aí nós colocamos para saber se o título foi, se houve
595 uma fraude, quem é o responsável pela fraude aí? Porque, veja bem,
596 o município conceder um aforamento por delegação do estado, então
597 vamos apurar a responsabilidade se o estado realmente fez essa
598 delegação ou não fez, né? Aí o Iterpa está como assistente, também
599 tem interesse que se resolva a situação. Então foi colocado todo
600 mundo. Mas pode ser passivo de recurso também, né? SR. TIAGO
601 DE LIMA FERREIRA: Bom, Dr. Mazutti, é só para-- SR. AMARILDO
602 JOSÉ MAZUTTI: Agora, uma coisa é certa. O negócio é o seguinte,
603 não é invadindo... Veja bem, não é invadindo a terra, pode até ser se
604 tiver algum vício no documento, se tiver algum vício no documento,
605 eu não tenho problema nenhum de julgar do jeito que a gente
606 entender aqui, a gente não acoberta título com problema aqui
607 nenhum. Agora, uma coisa é certa, uma coisa é a reintegração de
608 posse, e outra coisa é a questão dominial. Agora, veja bem, eu não
609 sei se o estado do Pará está adotando isso, o Iterpa, mas o Inbra
610 está adotando e essa política do Inbra está dando certo. Qual que é?
611 Invadiu terra dos outros, invadiu terra para depois ficar brigando por
612 causa do título, como acontecia antigamente, o Inbra acabou com
613 isso. A procuradoria do Inbra está fazendo o seguinte: ocupou terra,
614 está vendendo... não vai ser contemplado quem está lá dentro.
615 Pronto. Agora, essa 'forção', entre aspas, de dizer não, vai anular
616 o título e quem está lá já invadiu, vai ficar lá dentro. Eu acho que está
617 na hora do Iterpa, do estado do Pará começar a adotar uma política
618 no sentido do Inbra, entendeu? Porque senão a gente fica
619 fomentando invasão de áreas, fomentando... e o juiz aqui, a gente

20

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 06/08/2021

620 fica enxugando gelo. É meu posicionamento. SR. TIAGO DE LIMA
621 FERREIRA: Só alguns apontamentos, se for possível, Dr. André.
622 Rapidinho-- DR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO: Pois não. SR. TIAGO
623 DE LIMA FERREIRA: Ou o senhor quer falar e depois eu falo? DR.
624 ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO: Não, não, não, não. O senhor continua
625 com a palavra. SR. TIAGO DE LIMA FERREIRA: Bom, em relação
626 ao que o Dr. Mazutti falou, eu concordo. Já existe até uma legislação,
627 salvo engano, do governo Fernando Henrique, que veda essa
628 indústria da invasão, tem lá os critérios. Bom, em relação à ouvidoria
629 do Iterpa, ela está à disposição, viu, Dr. Mazutti, Dr. André.
630 Obviamente sendo intimada com certa antecedência, eu peço que
631 seja após o dia 15 de setembro, quando eu, provavelmente eu e a
632 Janice, vamos tomar a nossa segunda dose da vacina, então eu já
633 posso ir pra lá, ficar lá em Marabá mais um pouquinho pra ajudar.
634 Assim, em relação à crítica que foi feita ao Iterpa da ausência dos
635 órgãos fundiários, eu concordo, já externei minha opinião aqui sobre
636 isso, eu acho que não vou ter que voltar. A única questão, e aí já fica
637 aqui, não é uma desculpa, mas é um fato, é que deram meia
638 competência para a gente. A gente é dono da terra, pode titular, mas
639 quando tiver o conflito, a gente não pode desapropriar. Então a gente
640 também fica nessa situação de lidar com o que é possível. A gente
641 lida com o que é possível. Chega aqui: Olha, o teu patrimônio foi
642 lesado. Aí entra a Procuradoria junto com o Iterpa, e vamos atrás do
643 patrimônio. Em relação à questão possessória, realmente é o que o
644 senhor colocou, é um juízo de valor da Vara Agrária, não cabe a
645 gente explicar, dizer. Agora, a ausência realmente ela é histórica.
646 Então se for necessário a presença da ouvidoria para mediar dentro
647 da nossa competência aquilo que for possível, logo prometendo nada
648 a ninguém dizendo que nós vamos reverter isso ou aquilo... A gente
649 espera, logicamente, sempre ajudar, né? O nosso decreto novo,
650 inclusive confeccionado lá na procuradoria do Iterpa, outros colegas

21

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 06/08/2021

651 também participaram, dá essa competência agora para o lterpa na
652 mediação. Então, naquilo que ao senhor precisar, Dr. Mazutti,
653 estamos à disposição. Nosso posicionamento é claro, a área é...
654 vamos botar uma aspas aqui, grilada, né, é uma área que o estado
655 não reconhece de quem se diz proprietário, porque ele utilizou
656 título... isso daí é velho aqui no Pará de utilizar título de prefeitura
657 para se dizer dono. Não é o primeiro e nem é o último. Mas a gente
658 entende que a nossa terra tem que ser... Ela é nossa ainda, então a
659 gente vai brigar por ela. Em relação à posse, deixo com o juiz e a
660 gente vai contribuindo no que for necessário. É isso. SR. AMARILDO
661 JOSÉ MAZUTTI: Muito bem. Obrigado, Dr. Tiago. DR. ANDRÉ LUIZ
662 FILO-CREÃO: Obrigado, Dr. Tiago. Eu penso que essas questões
663 que foram levadas ao Conselho Nacional de Direitos Humanos, nós
664 precisamos analisar com bastante parcimônia, com bastante cautela,
665 porque me parece que muitos desses questionamentos dizem
666 respeito à mérito de decisão judicial. Se dizem respeito à mérito de
667 decisão judicial, o campo adequado para discutir não é em reunião
668 da Comissão Nacional de Direitos Humanos, e sim pela via recursal
669 própria. Então eu aqui, desde logo, e esse é um posicionamento que
670 nós enquanto comissão temos adotado, é de ouvir a todos, sempre
671 iremos ouvir, mas iremos respeitar a independência funcional do
672 magistrado. Aquele que se sinta prejudicado por uma decisão
673 judicial, que terá seu advogado ou o seu defensor público no
674 processo, e esse profissional adotará providência processual que
675 entenda adequada. O que nós não podemos discutir aqui é o mérito,
676 o acerto ou desacerto das decisões processuais proferidas pelo Dr.
677 Amarildo Mazutti nos processos em que ele preside. Então esse
678 posicionamento deve ficar claro, até para evitar possíveis
679 questionamentos ulteriores, que as pessoas sempre venham
680 imaginar que a comissão funciona como via recursal das decisões
681 dos juízes agrários. Está certo? Esse posicionamento deve ficar

22

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 06/08/2021

682 cristalino, deve ficar nítido, claro como o sol de sertão, para que sob
683 ele não pare qualquer dúvida. Tá bom? O Dr. Mazutti veio aqui fazer
684 os esclarecimentos que ele entendeu adequados apenas e tão
685 somente por liberalidade dele, nós consultamos se ele gostaria de
686 fazer essa manifestação, e ele, gentilmente, quis fazer. Mas saiba,
687 Dr. Amarildo, que a comissão nunca em absoluto vai questionar
688 qualquer decisão que Vossa Excelência ou qualquer outro
689 magistrado tome no âmbito dos processos em que os senhores
690 presidam os feitos. Está certo? SR. TIAGO DE LIMA FERREIRA: Dr.
691 André, só uma correção. Rapidinho, rapidinho. Uma informação
692 equivocada. DR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO: Diga, Dr. Tiago. SR.
693 TIAGO DE LIMA FERREIRA: A gente requereu como ativo... Eu
694 confirmei agora aqui com o [ininteligível], estão me mandando aqui
695 on-line aqui a resposta. Nós requeremos como ativo provavelmente
696 na ACP para cancelar e o MP nos pedindo passivo. Só essa
697 retificação. E depois eu mandei aqui para a Dra. Janice o PDF, caso
698 alguém queira, eu posso colocar depois no grupo o PDF atual dessa
699 ACP que a gente está falando. Só para... DR. ANDRÉ LUIZ FILO-
700 CREÃO: Tudo bem. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Colocar-- SR.
701 TIAGO DE LIMA FERREIRA: Ainda não houve manifestação... nós
702 não fomos intimados da decisão do MP, né, através do juiz se a gente
703 concorda ou não dessa questão do polo. Era isso. Só para retificar a
704 informação equivocada, colocaram informação errada. DR. ANDRÉ
705 LUIZ FILO-CREÃO: Obrigado, Dr. Tiago. Diga, Dr. Mazutti. SR.
706 AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Dr. André, só para encerrar. O primeiro
707 tópico que foi falado aqui, a questão da identificação dos ocupantes,
708 eu só queria falar rapidinho, porque está acontecendo uma situação
709 em Marabá, que até o Dr. Solano falou aí, que eu queria... Eu queria
710 só esclarecer rapidinho, porque isso aqui é muito importante, porque
711 está relacionado aos temas que foi proposto aí na comissão. Bom,
712 o que está acontecendo é o seguinte: em período de pandemia, eu

23

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 06/08/2021

713 estou determinando o cumprimento de duas reintegrações de posse,
714 em Ulianópolis, que é a Fazenda Bela Vista, que quando da
715 desocupação, eu reservei 40 hectares, e o pessoal ficaram nas
716 casas, tudo certinho, até esteve aqui nessa comissão a Dra. Marta
717 Barriga, que é a advogada dos requeridos. O que aconteceu? Dias
718 depois acabaram invadindo a área de novo. E como foi depois do
719 período de 2020, eu já estou determinando agora, agora nesse
720 período, o quanto antes, a reintegração de posse e também a
721 condução dos que foram encontrados lá por crime de desobediência
722 na delegacia de polícia. E também estou acabando de sentenciar a
723 Fazenda Cedro aqui, que o Dr. Solano conhece bem essa
724 problemática aqui da região, Fazenda Cedro estou sentenciando, e
725 eles acabaram de voltar aqui, voltaram na área, eu acho que a
726 décima vez que voltaram, né, e agora... foi agora nesse ano aqui, faz
727 uns três, quatro meses, e eu estou mandando reintegrar também
728 agora. Esse aqui eu consegui identificar a relação dos ocupantes no
729 processo. Aliás, nós temos adotado uma política aqui, quando os
730 requeridos nas audiências de desocupação, eles comparecem, nós
731 deferimos um prazo para que apresente a relação de todos os
732 ocupantes. Porque tendo a relação dos ocupantes, no momento da
733 reintegração de posse é que é o problema, que está toda aquela
734 questão da... os oficiais de Justiça, toda aquela logística para retirar
735 a pessoa da área, e lá eles não querem se identificar, então como é
736 que a gente vai fazer? Vai pegar e vai... a polícia vai levar todo
737 mundo preso para identificar na delegacia? Não dá. Aí as pessoas
738 voltam e reocupam a área. Aí o que eu estou fazendo? Eu estou
739 pegando aquelas relações que tem nos autos, nos litigantes, e estou
740 mandando ao ICME(F), que vai na hora da reintegração com a
741 Polícia Civil, aqueles que forem encontrados enquadrar em crime de
742 desobediência, e outras coisas aí que a Polícia Civil entender. Tá?
743 Então só estou avisando que serão procedidas duas reintegrações

24

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tipa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 06/08/2021

744 de posse agora, até o final do ano, que é uma questão... Não é nem
745 reintegração de posse, na verdade é um desrespeito com a decisão
746 judicial, que o pessoal voltou a invadir as áreas. Então a gente tem
747 que... o Judiciário também não pode ficar aqui dormindo aqui em
748 berço esplêndido. Então era isso que eu queria só esclarecer.
749 Obrigado, Dr. André. DR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO: Obrigado, Dr.
750 Mazutti. Nós vamos passar para o item-- SR. MÁRIO SOLANO: Dr.
751 André. DR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO: Diga, coronel. SR. MÁRIO
752 SOLANO: Fazer três observação aqui sobre esse assunto,
753 rapidamente, por favor. Primeiro, agradecer a disponibilidade do Dr.
754 Mazutti em trazer à comissão essas informações. São fundamentais
755 e preponderantes, que reforçam a proposta que foi encaminhada e
756 consta no item 1 da pauta de hoje, a necessidade daquelas
757 observações. E, obviamente, todos nós sabemos, que labutamos
758 nessa área, que tem até um protocolo de como se fazer essas
759 invasões de propriedade e quais são os objetivos por trás dessas
760 invasões. Isso não é novidade para nenhum de nós que operamos
761 na área e sabemos quais são os objetivos. Quer dizer, primeiro
762 invade para depois se discutir a questão dominial. E já está
763 pacificado entre os senhores todos da área a questão da diferença
764 de... a diferença justamente da peça jurídica referente à questão da
765 dominialidade e a questão justamente da reintegração de posse.
766 Portanto, isso que nós acabamos de ouvir apenas reforça o que
767 realmente foi proposto no teor. Muito obrigado pela atenção. DR.
768 ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO: Coronel Solano. Alguém mais deseja se
769 manifestar com relação a este item nº 5? **ITEM 6:** Não havendo,
770 vamos passar para o item 6, que é a resposta do Inkra ao Ofício nº
771 126/2019-- SRA. DANIELA MOURA: Dr. André. DR. ANDRÉ LUIZ
772 FILO-CREÃO: Pois não. SRA. DANIELA MOURA: Só um
773 segundinho. Primeiro, bom dia a todos e a todas. Daniela Moura,
774 coordenadora do CAO cível. DR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO: Bom

25

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 06/08/2021

775 dia, doutora. SRA. DANIELA MOURA: Doutor, eu tenho uma outra
776 reunião agora, às 10h, sobre a educação do campo, nós estamos
777 trabalhando no pacto pela educação do campo, e eu vou precisar
778 participar dessa reunião, mas a Dra. Yone segue aqui com vocês. Eu
779 desejo sucesso no restante da reunião. DR. ANDRÉ LUIZ FILO-
780 CREÃO: Obrigado, Dra. Daniela. O Ministério Público continuará,
781 então, muito bem representado aqui pela nossa Dra. Yone. SRA.
782 DANIELA MOURA: Certamente. Bom dia a todos e a todas. Bom final
783 de semana. DR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO: Obrigado. Bom dia.
784 Para a senhora também. DR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO: Então, o
785 item 6, ele diz respeito à resposta do Incra ao Ofício nº 123/2019, da
786 nossa comissão, referente à possibilidade de permuta diária em favor
787 dos trabalhadores rurais ocupantes da Fazenda Gerezim e Monte
788 Hermon, conforme solicitado nos termos do Ofício 419/2019,
789 encaminhado ao Incra pela Defensoria Pública estadual, a partir das
790 deliberações da reunião da nossa Comissão Permanente de
791 Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à
792 Grilagem, em 13 de setembro de 2019. O Incra apresentou
793 manifestação que foi encaminhada no dia 16 de julho de 2021 aos
794 membros da comissão. E o Dr. Mazutti também, gentilmente, se
795 colocou à disposição para prestar informações atualizadas acerca
796 das ocupações que existiam no referido imóvel, bem como das
797 decisões judiciais proferidas a respeito do tema. Dr. Mazutti. SR.
798 AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Bom, só esclarecendo aqui desses
799 dois processos. Esses dois processos da Fazenda Monte Hermon e
800 Gerezim, eles são processos que... da nossa região agrária, da
801 cidade Dom Eliseu. Bom, o que aconteceu aqui nesse processo?
802 Nós conseguimos fazer uma conciliação no ano de 2020; final de
803 2019 para 2020. Foram feitas conciliações, e aí nós conseguimos,
804 nos dois processos, aí os ocupantes antes de cumprir as
805 reintegrações de posse, os ocupantes, eles saíram das áreas, aí foi

26

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 06/08/2021

806 feito... inclusive foram indenizados. Nós fizemos um sistema de
807 indenização aonde que o dinheiro foi depositado... Eu não costumo
808 fazer isso, mas para poder facilitar o acordo, foi depositado o dinheiro
809 aqui na Vara Agrária, para cada um deles foi delimitado o valor, e
810 nós fomos expedindo os alvarás conforme eles compareciam aqui,
811 fomos expedindo os alvarás, e todos eles desocuparam da área,
812 saíram da área, inclusive a Prefeitura de Dom Eliseu apresentou toda
813 a logística para poder transferir essas pessoas, alguns para o
814 Maranhão, que é fronteira com Maranhão, né, algumas para
815 Maranhão, alguns para outros locais, e essas fazendas foram
816 desocupadas, e os processos foram extintos. Tanto é que o processo
817 da Monte Hermon, ele está arquivado... foi arquivado em 26 de
818 fevereiro de 2021. O processo da Monte Hermon. E da Fazenda
819 Gerezim, ele só não foi arquivado ainda porque nós tivemos que
820 mandar para a Secretaria da Assistência Social do município de Dom
821 Eliseu uma informação em relação a um dos ocupantes que ficou de
822 vir receber o alvará e não compareceu. O alvará de R\$ 3 mil. Então,
823 nós não conseguimos extinguir o processo ainda porque nós
824 estamos localizando ele para poder... foi expedido o alvará, para que
825 ele venha buscar o alvará, para sacar esse dinheiro. Mas a área está
826 toda... as áreas estão todas desocupadas, já está tudo resolvido. E
827 o da Monte Hermon está arquivado, e o outro da Gerezim também
828 só está faltando só esse detalhe. Mas já está tudo pacificada essa
829 situação. Era isso. DR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO: Notícia melhor
830 aí não tinha, não é, Dr. Mazutti, graças a Deus. Aí o senhor com a
831 sua diligência que lhe é peculiar, com a forma coesa de decidir e
832 buscando sempre pacificação no campo, o senhor conseguiu aí
833 administrar esse conflito, que era grande. Eu cheguei a ir a algumas
834 audiências com o senhor pela Ouvidoria a respeito desses
835 processos. E que bom que graças ao seu tirocínio e ao tirocínio de
836 todos os que atuaram nesse processo, inclusive as partes,

27

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 06/08/2021

837 conseguiram chegar num denominador comum. Então penso eu que
838 esse pedido está prejudicado, não há por que nós tratarmos a
839 respeito desse assunto diante das informações prestadas pelo
840 magistrado. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Muito obrigado. SR.
841 TIAGO DE LIMA FERREIRA: Dr. Mazutti. Rapidinho, Dr. André.
842 Aquele nosso processo da mediação de 2020, infelizmente ainda não
843 terminaram a regularização. O senhor tem notícias, o pessoal está
844 na área lá? Porque a gente vai mandar a equipe de técnicos agora
845 lá para fazer, porque eu acho que o autor que fez o acordo para fazer
846 o geo da turma, eu acho que ele não fez, porque não foi apresentado
847 lá pra... E a gente vai mandar, agora no segundo semestre, pra turma
848 lá pra resolver isso. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Inclusive, foi
849 feito um acordo, até um acordo histórico em dezembro. Aproveitar a
850 oportunidade, até o Dr. Tiago compareceu representando o Iterpa e
851 o governo do estado, e nós conseguimos uma área, uma tal de
852 Fazenda Santa Clara, que fica entre Paraopebas e Marabá, nós
853 conseguimos fazer um acordo de mais de dez anos de ocupação,
854 nós conseguimos fazer um acordo aonde que, diferente do que diz a
855 nossa, aquela pessoa que fala sempre que ninguém vai ganhar ou
856 perder, todo mundo vai perder, nessa situação é ao contrário, todo
857 mundo saiu ganhando. Eu fiquei tão feliz, porque foi na final do ano,
858 né? Aí o que aconteceu? O Dr. Tiago, nós passamos sete horas
859 fazendo uma audiência na Câmara de Vereadores de Paraopebas
860 com a Defensoria Pública, Dr. Rodrigo também, conseguimos fazer
861 um acordo aonde que era uma área pública estadual, aonde que os
862 dois fazendeiros ficaram com 380 alqueires de terra, e para os
863 ocupantes foi 130 alqueires de terra. Então, na verdade, aí o Iterpa
864 se comprometeu a fazer o geo, delimitar a questão da área, uma
865 forma de criação de um assentamento estadual. Foi uma coisa
866 grandiosa, sabe? O trabalho do Dr. Tiago, que é vanguarda nessa
867 questão aí, né? Então, conseguimos, graças a Deus, fazer esse

28





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 06/08/2021

868 trabalho. Agora estamos tentando ver se consegue resolver,
869 delimitar as coisas. E vocês acreditam que foi feito todo o acordo,
870 todo mundo concordou, todo mundo assinou. Quando foi na outra
871 semana vieram me denunciar no Ministério Público de Marabá, eu e
872 o defensor público, dizendo que nós tínhamos forçado o acordo.
873 Porque tinha um grupo lá que queria mais terras, entendeu? SR.
874 TIAGO DE LIMA FERREIRA: O problema da turma que foi lá queimar
875 pneu lá na porta do Iterpa, que eles não queriam terra, eles querem
876 vender lote. É diferente. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Então eu
877 sempre falo, a gente tem que... é aquela história lá do apóstolo
878 Paulo, a gente tem que lutar o bom combate, entendeu? Sempre a
879 gente procura melhorar, fazer o melhor, né? Mas sempre vai
880 encontrar pessoas que são... Mas esse processo que o senhor se
881 referiu aí, Dr. Tiago, eu também vou dar uma olhada agora e vamos
882 marcar outra mediação, né? Porque-- SR. TIAGO DE LIMA
883 FERREIRA: Não, esse aí, doutor, pelo amor de Deus, deixa quieto.
884 O senhor já fez o acordo, já fez a coisa julgada, deixa que agora é
885 com a gente. Deixa que o Iterpa se vira agora. Se preocupe com
886 esses outros que estão em aberto aí. Fique tranquilo. Só para dizer
887 que aqui essa comissão, ela está gerando frutos, esse *network*, essa
888 interlocução, Dr. Coronel Solano também já tivemos o prazer de
889 recebê-lo lá no Iterpa. Lógico que ainda não conseguimos resolver
890 tudo que gostaríamos, mas uma parte. Eu acho importante aqui
891 nessa comissão esse *network*, esse diálogo. A Dra. Andreia também,
892 da Defensoria Pública, estamos construindo, se Deus quiser, uma
893 outra mediação ali na área da Sopalm, em Benevides, uma coisa
894 antiga. Eu acho que o Dr. André até julgou esse processo da
895 possessória. Estamos tentando agora. E é isso, eu acho que o
896 caminho é a mediação, o estado se fazer presente, ter recursos para
897 poder alocar, e diálogo. Se não for assim, a questão agrária não vai
898 ser resolvida só na judicialização, ela tem que ter um cotejo muito

29

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 06/08/2021

899 mais amplo. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Eu defino essa
900 comissão com uma palavra só: democrática. Esse ambiente é
901 democrático. Por isso que rende bons frutos. Essa questão como o
902 Dr. André falou antes, que o Dr. Mairton possibilitou que a gente
903 viesse aqui também para interagir com as pessoas, né, isso aqui é
904 muito salutar, isso aqui é muito importante, né? E que todos nós, qual
905 é o nosso objetivo? O nosso objetivo é resolver os problemas. Então,
906 se a gente pode ao menos conversar já é um grande passo. Um
907 grande caminho. SR. TIAGO DE LIMA FERREIRA: Eu acho o
908 seguinte, Dr. Mazutti, para não nos alongar mais, eu sei que todo
909 mundo tem muita, todo mundo é ocupado, mas isso é uma decisão
910 do Estado brasileiro, em especial o Poder Executivo, chega o federal,
911 o estadual, tomar uma decisão, porque o Brasil não pode ser um país
912 que tem uma tecnologia de ponta no agronegócio e cheio de conflitos
913 fundiários. Você imagina se nós não tivéssemos os conflitos como a
914 gente poderia estar evoluído nessa questão seja no aspecto da
915 democratização do acesso a terra como também na variedade de
916 possibilidades, seja do agronegócio da plantação em larga escala
917 como os pequenos e médios, entre aspas - que eu não gosto de usar
918 essa palavra, pequeno, porque eles são grandes, eles ajudam muito
919 - na questão da agricultura orgânica, e tudo. Isso daí tem que ter, o
920 estado não pode mais dar aquelas petições: Olha, eu apenas me
921 reservo ao direito de ter a propriedade, decida aí que eu não tenho
922 mais nada a ver com isso. Isso daí não pode mais acontecer. Isso
923 daí é coisa histórica, existia e eu acho isso é um equívoco. Enquanto
924 a gente tiver essa postura de lavar as mãos vai ser problema. Porque
925 vai estourar lá na ponta do produtor rural, sejam os produtores rurais
926 que têm propriedades maiores com determinado tipo de agricultura,
927 como aqueles que têm lotes menores. DR. ANDRÉ LUIZ FILO-
928 CREÃO: Perfeito. Perfeito. É isso mesmo. Eu acho que a nossa
929 comissão, ela consegue alcançar a finalidade a que se destina, e nós

30

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 06/08/2021

930 vamos buscar cada vez mais aperfeiçoar o nosso trabalho para
931 buscar aquilo que o desembargador Mairton sempre diz: paz no
932 campo. Que isso é o fundamental. **ITEM 7:** Vamos para o último item
933 da pauta. E nós vamos trazer as informações acerca do grupo de
934 trabalho do Marajó. Nós sabemos que na última reunião foi
935 deliberado que a Faepa passaria a assumir a coordenação do GT do
936 Marajó. Nós já tivemos ciência de que houve a reformulação do
937 grupo GT do Marajó no WhatsApp, e que foi realizada uma reunião
938 entre seus membros para trazer à comissão as tratativas,
939 deliberações e encaminhamentos. Então eu vou passar a palavra ao
940 coronel Solano para que ele possa se manifestar a respeito. A Dra.
941 Eliana também, que eu estou vendo aqui na sala, para que possam
942 se manifestar a respeito da atual situação desse GT. SR. MÁRIO
943 SOLANO: Obrigado, Dr. André. Antes de iniciar a informação,
944 realmente parabenizar a todos da comissão. Parabenizar o Dr.
945 Mazutti, o Dr. Tiago, todos que participaram dessa atividade da
946 região sudeste do estado do Pará, com esse resultado significativo.
947 E mais importante, trazendo paz ali para aquela comunidade. Esse
948 é o nosso objetivo, esse é o nosso papel aqui enquanto mais um
949 colaborador com a instituição civil para trazer justamente o máximo
950 possível viabilizar essa questão e a tão sonhada paz social, de forma
951 especial no campo. Dr. André, senhoras e senhores, primeiro é um
952 privilégio nós estarmos aqui coordenando o GT Marajó, e tem sido,
953 pode ter certeza da mesma forma aqui na comissão, um grande
954 aprendizado. São pessoas que realmente, todos os membros que
955 compõem o GT trazem seu conhecimento e as discussões, como nós
956 aprendemos aqui na comissão, também são de forma democrática,
957 e muitos conhecimentos e muitas dúvidas, mas também soluções
958 foram trazidas à baila nessas reuniões. De forma objetiva, nós
959 tivemos duas reuniões depois que a Faepa assumiu a coordenação.
960 Uma no dia 15 de julho, e a última no dia 22 de julho. A próxima foi

31

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 06/08/2021

961 adiada para a semana que vem. Nessas reuniões, nós tivemos
962 justamente a solicitação, que foi uma decisão, logicamente, de
963 trazermos pessoas com notório saber sobre o tema para que
964 pudéssemos ouvi-las, além das informações que nós temos
965 documentais. Então, deveremos iniciar semana que vem já duas ou
966 três pessoas com notório saber para que o GT possa ouvir. Só
967 depois dessas pessoas que foram convidadas, estão sendo
968 convidadas, que nós iremos tratar de forma objetiva do relatório a ser
969 encaminhado para a comissão. Nós tivemos debates sobre os temas
970 controvertidos, controversos, né, esse é o objetivo que está na
971 Portaria, e muitas coisas interessantes surgiram, Dr. André. Por
972 exemplo, na questão do TAU, que é o Termo de Autorização de Uso
973 Sustentável, que foi - não sei se continua - mas foram distribuídos
974 pelo STU, os CCUs, né, são os contratos de concessão de uso pelo
975 Inbra. O que é que ficou claro? Foram distribuídos sem
976 discriminatória, por exemplo. Estava ouvindo agora na pauta anterior
977 sobre essa questão justamente da participação das instituições do
978 estado, seja a União, o estado do Pará, que é fundamental, e aí vem
979 uma questão que foi citado também no item anterior: a necessidade,
980 por exemplo, de constar em orçamento tanto do estado quanto da
981 União valores, recursos para que essas atividades de executar a
982 discriminatória dessas propriedades, enfim, da titularidade dessas
983 terras, seja da União, do estado, sejam praticados, porque isso
984 realmente é um problema muito sério. E não é só no arquipélago
985 Marajó. Aqui eu só estou pegando alguns exemplos de pontos
986 realmente controversos e polêmicos que precisam realmente ser
987 dado encaminhamento. Portanto, feitas essas considerações, eu
988 não vou me aprofundar mais, mas para que realmente a comissão,
989 nosso ouvidor tenha conhecimento que realmente pela nossa, em
990 nosso entendimento, diante das reuniões que nós tivemos, tem sido
991 muito produtiva e resultados satisfatórios. Nessas considerações,

32

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 06/08/2021

992 nos colocamos à disposição dos senhores e das senhoras. E se
993 algum outro integrante do GT quiser fazer observações, fique à
994 vontade. Obrigado. SR. TIAGO DE LIMA FERREIRA: Eu gostaria só
995 de fazer uma observação, se for possível. Eu não sei o que está
996 escrito aí. DR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO: Claro, Dr. Tiago. SR.
997 TIAGO DE LIMA FERREIRA: Primeiro, saudar, no começo até
998 confesso que tomei a liberdade de ligar para o coronel Solano no
999 privado um dia pra falar sobre... No começo, eu achava assim, bom,
1000 o Iterpa, dizem que o Iterpa não é mais o dono da área, então a gente
1001 não tem que participar. Mas depois eu pensei, falei: Não, o Iterpa tem
1002 que participar muito desse GT. Eu vou dizer por quê. Até
1003 conversando com o coronel Solano. A gente tem, e com todo
1004 respeito, toda vênua os pareceres, eu aqui não sou [ininteligível] de
1005 parecer de ninguém, e nem estou aqui fazendo juízo sobre isso, mas
1006 entendo que a construção do Marajó, a primeira fronteira agrícola do
1007 estado do Pará historicamente, foi a primeira - primeira fronteira de
1008 expansão foi lá, até porque ela já era uma fronteira aberta, já não
1009 precisou abrir, não teve desmatamento, não teve nada. Me causa um
1010 pouco de preocupação essa construção pós-88 sem observar esse
1011 contexto histórico lá pra trás. Então fica uma sugestão que eu
1012 coloquei aqui para o coronel Solano, aqui não é o foro, é lá no GT,
1013 mas da gente construir, não sei se já foi feito isso, o cadastro
1014 [ininteligível] de posse paroquiais e as Sesmarias válidas do Marajó
1015 para a gente poder informar para a União, para, quando for construir
1016 saio mosaico novo, espacialização do ordenamento lá do Marajó,
1017 ajudá-lo, né? O Prof. Paraguaçu, que é um profundo conhecedor,
1018 mas também o Iterpa tem muito a contribuir, viu, coronel? Eu já peço
1019 ao senhor que fica à disposição da gente ser oficiado para... vai
1020 demorar um pouquinho, talvez não consiga em um mês, talvez um
1021 pouquinho mais de tempo, para a gente fazer uma parceria no
1022 sentido de informar esse cadastro. A gente não tem condição, vou

33

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 06/08/2021

1023 ser muito franco, espacializar agora, porque a equipe está toda na
1024 regularização-fim, mas como o senhor falou, ter recursos extra para
1025 a gente até hoje com a lei de licitação permite que a gente consiga
1026 terceirizar esse georreferenciamento para espacializar essas
1027 Sesmarias e esses títulos, para a partir daí, sim, ver quais são as
1028 áreas públicas, e obviamente ver aquelas, esses títulos cruzados
1029 com os dados dos cartórios para saber quais foram registrados, para
1030 cumprir lá o 1.245, § 1º do Código Civil lá. E a partir daí, sim. Porque
1031 eu vejo que é uma questão de justiça histórica, que o Iterpa não
1032 pode... isso aí não pode fazer de conta que essas titulações não
1033 existem lá pra trás. Elas foram feitas, né? Só para finalizar, para o
1034 senhor ter uma ideia, a Sesmarias era dada com... passava seis
1035 meses num barco para chegar em Portugal para poder ser concedida
1036 pelo rei, se ele quisesse conceder. Então Marajó, ele tem essa
1037 peculiaridade. Ela não é uma construção de ordenamento igual São
1038 Félix do Xingu, Altamira, são realidades muito diversas. Mas eu vejo
1039 que o Iterpa tem esse papel fundamental, o cadastro. O nosso
1040 problema, um dos nossos problemas de ter essa crise fundiária, e
1041 todo mundo se achar dono aqui no Pará, é esse cadastro que ele
1042 não está ainda transparente 100%. Está trabalhando com o Sicaf,
1043 justiça seja feita, o Sicaf evoluiu muito, porque agora já não tem mais
1044 caixa-preta, está tudo aberto, isso daí vai ser digitalizado. Mas esse
1045 cadastro específico, eu acho que na questão do Marajó é uma
1046 análise empírica mesmo, histórica que tem que ser feita em conjunto,
1047 Iterpa, SPU, órgãos que... não sei como o governo federal está
1048 colocando agora a estrutura, quais são os órgãos que pertencem à
1049 Casa Civil. Enfim, mas colocar isso, viu, coronel Solano? O Iterpa...
1050 está esse dado fundamental. É como se fosse assim, o início, é o fio
1051 da meada, começa daí, e aí do resto vai construindo. Era isso, Dr.
1052 André. Desculpe se eu me alonguei, mas é um assunto que me
1053 apetece muito. Gosto muito da história fundiária, é uma questão de

34

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 06/08/2021

1054 justiça, você não pode construir aquele Marajó sem olhar para o
1055 passado, senão fica parecendo que as pessoas caíram de
1056 paraquedas ali sem documento, sem nada. E não foi assim. DR.
1057 ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO: Eu acredito que nós, enquanto
1058 comissão, nós temos um dever de apresentar uma posição a respeito
1059 desse tema e deixar que a quem cabe decidir se manifestar. Nós
1060 podemos apresentar uma contribuição no processo de decisão.
1061 Então, se nós tomarmos essa providência de debater e, ao final,
1062 apresentar um relatório, nós remeteremos a quem de direito, e a
1063 quem de direito irá proceder a devida decisão a respeito do caso.
1064 Então eu penso que é importante essa discussão. Agora, como o
1065 desembargador Mairton diz, nós precisamos chegar numa posição
1066 final. Não dá para nós não deliberarmos a respeito desse tema, que
1067 é tão caro e é tão importante. Então por isso eu já parablenizo a
1068 Faepa por estar tendo uma postura proativa no sentido de nós
1069 encontrarmos uma solução, uma resposta. É isso que nós
1070 esperamos dessa comissão, é isso que o desembargador Mairton
1071 sempre diz, ele não gosta de comissão que não chegue em lugar
1072 nenhum. E nós vamos honrar essa nossa comissão aqui do nosso
1073 grupo. Dr. Andreia tem a palavra. SRA. ANDREIA MACEDO
1074 BARRETO: Bom, com relação a esse tópico da pauta, eu queria
1075 fazer algumas considerações gerias, e no final um requerimento.
1076 Primeiro eu gostaria de parabenizar o GT. Nas últimas reunião que
1077 eu participei, eu acho que estava tendo dificuldade até de reunião,
1078 né, Dr. Solano, parabéns aí na condução. Eu acho que é importante
1079 esse andamento das reuniões. Em segundo, que esse GT também
1080 é importante no sentido de que ele olha para o Marajó de forma
1081 ampla, de todos os membros que participam desse grupo de
1082 trabalho, no sentido de dar soluções. Inicialmente a gente pode até
1083 pensar que o Marajó é composto mais de interesses federais, e a
1084 fala do Dr. Tiago que me precedeu foi um pouco nesse sentido, mas

35





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 06/08/2021

1085 a gente vê também que envolve também muitos entes estaduais e
1086 até o órgão de sistema de justiça, e aí recentemente nós estivemos
1087 em Salvaterra, não é, Dr. André, fazendo uma audiência exatamente
1088 por conta de conflitos agrários no Marajó, que também acaba
1089 desembocando aqui na Vara Agrária. Então, nesse sentido, eu acho
1090 que é importante realmente a participação de todas e todos os
1091 membros dessa comissão nesse grupo de trabalho. E considerando
1092 isso, também queria fazer, aproveitar para fazer um requerimento
1093 para a entrada da Defensoria Pública do Estado. Como vocês
1094 sabem, eu assumi agora a Defensoria Agrária de Castanhal, e aí a
1095 gente assume também essa comissão. O colega que me antecedeu,
1096 eu acho que ele não fez esse requerimento, e a gente não compõe
1097 um grupo de trabalho do Marajó. E como a gente tem feito um
1098 trabalho, inclusive, não só nos processos judiciais, a Defensoria, nos
1099 processos extrajudiciais, eu acredito que a Defensoria também pode
1100 contribuir nesse grupo de trabalho. Então, nesse sentido, eu queria
1101 submeter à comissão a nossa entrada no GT, de modo que a gente
1102 também possa somar esforços junto com os demais membros que já
1103 integram. Era isso. Obrigada. DR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO: Eu
1104 vou submeter o requerimento da Defensoria Pública à manifestação
1105 dos membros da comissão. Penso eu que não haverá nenhuma
1106 oposição, muito pelo contrário, é bem-vinda, faço apenas por uma
1107 questão de forma. Alguma objeção? No silêncio, está aprovada, e
1108 superbem-vinda a presença da Defensoria Pública no grupo de
1109 trabalho. Peço, inclusive, ao nosso secretário, Dr. Laércio, que já
1110 providencie o ato necessário para a inclusão da Defensoria Pública
1111 no GT. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Perfeito,
1112 senhor. DR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO: Próximo item da pauta...
1113 Dr. Wagner, perdão. O senhor tem a palavra. SR. WAGNER: Sim.
1114 Aproveitando a temática do Marajó, é mais um informe para a
1115 comissão, que na próxima sexta-feira, às 9h da manhã, a Defensoria

36

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 06/08/2021

1116 Pública da União vai realizar uma audiência pública sobre o
1117 programas Abrece o Marajó, que está sendo liderado pelo Ministério
1118 da Mulher, Família e Direitos Humanos, que é um programa federal.
1119 E esse... o convite será feito ainda hoje, formalizado ainda hoje ao
1120 ouvidor agrário e à comissão, e já peço desde já que a secretaria
1121 replique também para todos os integrantes dessa comissão, serão
1122 todos bem-vindos e terão falas garantidas nessa discussão que
1123 haverá na semana que vem. DR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO:
1124 Obrigado. Obrigado Dr. Wagner, pela informação. Inclusive, eu
1125 posso sugerir que o nosso GT, se for o caso, se faça representar
1126 nesse ato, vou passar aí a incumbência ao presidente do GT, o
1127 coronel Solano, a Faepa, para que delibere internamente dentro do
1128 GT aí a respeito dessa participação, que eu acho que é de bom
1129 alvitre que o nosso grupo de trabalho se faça presente a esse ato.
1130 Está com a palavra, coronel. SR. MÁRIO SOLANO: Dr. André, antes
1131 de responder sobre esse assunto, eu queria me dirigir diretamente à
1132 Dra. Andreia, dizer que todo o auxílio, toda a colaboração é bem-
1133 vinda. Independente da Portaria chegar, a senhora já está convidada
1134 para a próxima reunião. Pediria até que depois, se fosse possível,
1135 Dr. André, o secretário passasse e colocasse a Dra. Andreia no GT,
1136 no grupo GT do WhatsApp, já a partir de hoje. Tá, Dra. Andreia?
1137 Então, não há problema, muito pelo contrário, a sua presença é
1138 fundamental. Dr. Tiago, do Iterpa, falou sobre a questão das
1139 informações do Iterpa, e a participação, importância do Iterpa
1140 também no GT. Sem dúvida nenhuma. E é incrível, Dr. André, porque
1141 pensando nisso, eu já conversei essa semana com o Dr. Bruno Kono,
1142 do Iterpa, para exatamente formalizar para que o Iterpa participe e,
1143 se for possível até, como colaboração, apresente também uma
1144 palestra para o GT, assim como os demais, porque eles têm notório
1145 saber sobre essa questão de dominialidade de terras no Marajó.
1146 Feitas essas considerações, Dr. André, estaremos lá. Vou passar

37

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 06/08/2021

1147 hoje mesmo, assim que terminar a reunião, para os demais membros
1148 do GT, nós temos o grupo de WhatsApp, para que a gente possa
1149 participar com muito prazer dessa audiência pública, e agradecer o
1150 convite do Dr. Wagner. DR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO: Perfeito,
1151 coronel, eu lhe agradeço. Dra. Andreia, a senhora tinha pedido a
1152 palavra? SRA. ANDREIA MACEDO BARRETO: Não, doutor. Eu
1153 acho que eu já falei. Eu não sei se a mãozinha aqui abaixou. DR.
1154 ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO: Está certo, tudo bem. Não tem
1155 problema. SRA. ANDREIA MACEDO BARRETO: Obrigada. **ITEM 8:**
1156 DR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO: Já no que ocorrer, vamos agendar
1157 nossa próxima reunião. Laércio, tem alguma sugestão de data do
1158 desembargador Mairton, que ele teria deixado, Laércio? SR.
1159 LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Temos o dia 10 de
1160 setembro, Excelência. DR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO: Dez de
1161 setembro. Eu submeto aos membros da comissão se tem alguma
1162 sugestão, ou se nós podemos agendar para o dia 10 de setembro,
1163 às 10h. Às 9h, perdão. Então, no silêncio, está aprovada a nossa
1164 próxima reunião para o dia 10 de setembro de 2021, às 9h. Penso
1165 eu, ainda por meio remoto, está certo, pelo Teams. Fica previamente
1166 agendada dessa forma. Caso haja outra deliberação, o nosso
1167 presidente titular, ele oportunamente informará aos membros. Algum
1168 dos membros ainda deseja, no que ocorrer, fazer alguma
1169 manifestação ou algum requerimento? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS
1170 ROSA JUNIOR: Dr. André. DR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO: Pois
1171 não, Dr. Laércio. Diga lá. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA
1172 JUNIOR: Apenas a nível de esclarecimento, essa secretaria já não
1173 gerencia o grupo de WhatsApp do GT Marajó, mas eu já encaminhei
1174 o contato da Dra. Andreia Barreto ao Dr. Solano, representante da
1175 Faepa e coordenador, tá bom? DR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO:
1176 Perfeito. Exatamente. Eu até não havia compreendido, porque já me
1177 era, já era do meu conhecimento que a secretaria não administrava

38

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 OUVIDORIA AGRÁRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 06/08/2021

1178 mais o grupo. Então o coronel Solano já deve ter recebido aí o
 1179 contato da Dra. Andreia, ele já adiciona-ela no grupo, porque toda...
 1180 De fato, toda participação é muito bem-vinda, e a Dra. Andreia, com
 1181 a experiência que ela tem, tanto profissional como acadêmica, ela
 1182 tem muito a contribuir com o grupo. Está certo? Então... alguém
 1183 pediu a palavra? Eu perdi aqui. Não? Não havendo mais quem queira
 1184 fazer uso da palavra, eu agradeço a presença de todos, ratifico os
 1185 meus votos de encontrar todos bem, com saúde, que é o mais
 1186 importante nesse momento tão grave que nós passamos, que nós
 1187 possamos em breve superar isso e nos encontrar de maneira
 1188 próxima, de maneira presencial, sem receios, sem medos de
 1189 adoecer, e que a gente possa, de fato, voltar a uma vida comum,
 1190 uma vida normal, que é o que todos nós esperamos. Está certo? Um
 1191 excelente final de semana a todos. Fiquem com Deus. Saúde a
 1192 todos. Um abraço. ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Obrigado.
 1193 ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Obrigada, doutor. ORADOR NÃO
 1194 IDENTIFICADO: Até mais. ORADOR NÃO IDENTIFICADO:
 1195 Obrigado. ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Tchau, tchau!
 1196 ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tchau. Assim eu, Laércio dos
 1197 Santos Rosa Junior, servindo como Secretário desta CPMEAQLG,
 1198 transcrevi. //////////////////////////////////////

1199
 1200
 1201
 1202
 1203
 1204
 1205

ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO G. DA FONSECA

Ouvidor Agrário Adjunto e Presidente da Comissão Permanente de
 Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à
 Grilagem – CPMEAQLG, em exercício

